



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DE MULHERES RURAIS

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Subsecretaria de Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Nome da autoridade competente: VIVIANA BEZERRA DE MESQUITA

Número do CPF: 034.732.164-02

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Subsecretaria de Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: PORTARIA Nº 759, DE 9 DE JULHO DE 2024 Publicado em: 10/07/2024 | Edição: 131 | Seção: 2 | Página: 1

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG490002/Código de Gestão 00001 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do TED: UG490021 – Subsecretaria de Mulheres.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Nome da autoridade competente: MARIA JOSÉ DE SENA

Número do CPF: 317.874.104-63

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Departamento de Ciências Sociais

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: DECRETO Nº , DE 16 DE MAIO DE 2024 Publicado em: 17/05/2024 | Edição: 94-A | Seção: 2 | Página: 1

b) UG SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153165 e Gestão: 15239 - UFRPE

3. OBJETO:

Desenvolver e apoiar a construção do conhecimento, por meio de estudos e pesquisas voltadas para uma melhor compreensão da realidade das mulheres rurais, a valorização e preservação da memória da ação coletiva dos seus movimentos e o aprimoramento das políticas públicas integrando o conhecimento acadêmico e os saberes populares.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

A proposta tem a finalidade de fortalecer os conhecimentos sobre situação das mulheres rurais no Brasil, reconhecer e difundir os saberes das agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. Também valorizar e preservar a memórias da ação coletiva dos movimentos de mulheres rurais no país. As ações visam promover e fortalecer processos de construção de conhecimentos, por meio da articulação e integração do governo federal, da sociedade acadêmica e das organizações de mulheres rurais, visando a produção de informações, pesquisas, estatísticas e indicadores que contribuam com o aprimoramento das políticas públicas de igualdade de gênero, e a preservação da memória das organizações de mulheres rurais. O projeto será executado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O projeto de pesquisa está estruturado em 4 linhas de pesquisas, descritas a seguir.

Linha 1: Pesquisas acadêmicas e estudos rurais feministas:

Com o objetivo de divulgar e estimular a produção acadêmica da área o Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir da então Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais realizou mapeamento dos estudos rurais feministas e de gênero a partir do registro de artigos e resumos no ambiente acadêmico. Como parte da primeira linha de atuação do projeto em tela buscamos ampliar e qualificar as ações já desenvolvidas pelo Ministério da seguinte maneira: a) realizar buscas de grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ exclusivos na temática ou que contenham linha de pesquisa na área, também iniciativas de grupos de estudos e pesquisas da sociedade civil; atualização do mapeamento da bibliografia, sistematização e difusão.

Numa primeira etapa será realizada a busca dos grupos de pesquisa a partir da consulta no cadastro de grupos de pesquisa no Brasil do CNPQ, dos grupos exclusivos ou com linha de pesquisa, os docentes e estudantes cadastrados. Realizaremos questionário online dirigido aos líderes dos grupos para um diagnóstico inicial com informações complementares aos cadastros do CNPQ.

Num segundo momento os grupos mapeados, associações e rede científicas regionais e nacionais, serão convocadas e atuação conjunta com a SMR/MDA, o CNPQ e a CAPES para evento nacional que terá o objetivo de discussão de propostas de fortalecimento de apoio a grupos e redes de pesquisadoras e associações científicas com atuação na área em parceria com o CNPQ e a CAPES/MEC e do Prêmio Margarida Alves de Estudos rurais feministas. A equipe do projeto elaborará metodologia para o referido evento, ficará responsável mobilização dos grupos e redes de pesquisa e sistematizará os resultados, a partir dos resultados será elaborada proposta de edital a ser realizado com o CNPQ e a CAPES de apoio financeiro a estudos e pesquisas de graduação e pós-graduação e após consolidação a minuta do edital, será realizada consulta aos grupos para fins de necessidade de ajustes.

Para divulgar a produção científica e de saberes da sociedade civil, suas experiências produtivas e organizativas o projeto ora apresentado apoiará a continuidade do Prêmio Margarida Alves de estudos rurais feministas. Visando ampliar e qualificar essa iniciativa será constituído comitê editorial, organização das publicações, a preparação do lançamento das publicações dos trabalhos selecionados.

Linha 2: Produção de dados, indicadores e estatísticas

Na segunda linha de atuação do projeto serão realizadas ações para dar continuidade para as ações governamentais na área o projeto em tela apoiará a criação do Grupo de Trabalho de estatísticas e indicadores rurais feministas a ser constituído sob a coordenação da SEM/MDA com o objetivo de para aprimorar coleta e divulgação de estatísticas: IBGE Censo agropecuário 2025/26 e das PNAD e estudos de uso do tempo;

Também estimulará análises da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e outras envolvendo a Segurança Alimentar, como a da Redepensan. O projeto buscará também elaborar indicadores de rurais de gênero e sistema de monitoramento das políticas públicas para as mulheres rurais e daquelas que incluem ações afirmativas para a inclusão das mulheres rurais. Numa primeira etapa fará a coordenação e acompanhamento do GT Estatísticas e Indicadores Rurais Feministas, a realizar um diagnóstico e proposta de melhoria na coleta e análise de dados, bem como de indicadores de monitoramento das políticas públicas. Numa segunda etapa serão sistematizados e organizada publicação com seus resultados, a equipe do projeto fará o acompanhamento e sistematizar o resultado das proposições para cada instrumento de coleta de dados e divulgar os resultados (proposta para os órgãos e entidades responsáveis por organizar e divulgação dos resultados em publicação específica (UFRPE e comitê editorial). Também será proposto a sistematização dos indicadores de monitoramento das políticas públicas e as mulheres rurais.

Linha 3: Memória da ação coletiva de mulheres rurais:

A ação coletiva das mulheres rurais tem sido objeto de estudos acadêmicas desde os anos 80 e para tal efeito coletaram-se dados diretos (entrevistas) e indiretos tais como a pesquisa documental de acervo em sua maioria físico dos movimentos sociais de mulheres rurais, tais como relatórios de congressos e de encontros regionais e nacionais; cadernos, cartilhas e outros materiais de formação; pautas de reivindicações; músicas; materiais de campanhas educativas e de mobilização; fotografias, entre outros. Num primeiro momento será realizado o mapeamento dos centros e dos arquivos existentes entre movimentos sociais regionais e nacionais, numa segunda etapa serão organizados os resultados e apresentados em encontro dos centros de documentação e memória de instituições públicas e movimentos sociais a para discutir propostas de apoio e por fim elaborado proposta de edital de apoio.

Linha 4: Estudo de caso na agricultura urbana, memoria biocultural e a extensão para a comercialização

Nesta linha será realizada uma pesquisa ação para sistematização da experiência de agricultura urbana promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, apoiar com ações extensionistas a formação, beneficiamento e comercialização solidária, agroecológica e feminista dos grupos envolvidos. O projeto fará pesquisa ação para implementar a rede de comercialização de economia feminista solidária e agroecológica da Marcha Mundial de Mulheres da Região Metropolitana do Recife. Inicialmente fará a sistematização participativa do memoria biocultural de plantas medicinais, das estratégias organizativas e associativas, o levantamento de produtos a serem beneficiados.

Numa segunda etapa fará o beneficiamento de produtos a partir das matérias primas disponíveis com ações de extensão e para apoiar a comercialização dos produtos definirá as estratégias virtuais e presenciais de comercio. Serão realizadas a divulgação dos produtos com a criação de logomarcas e divulgação nas redes sociais e apoio para participação em espaços de comercialização.

Para execução do projeto foram estruturadas cinco metas, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1 – Metas e etapas do projeto

Número da Meta	Descrição	Etapas	Período de execução
1	Coordenação do Projeto	1.1 Coordenação da equipe (bolsistas e pesquisadoras), contratação de equipe e serviços, acompanhamento das atividades e produção de relatórios de gestão	02 de Setembro/2024 a 31 de Agosto/2027
2	Pesquisas acadêmicas e estudos rurais feministas	2.1 Levantamento de grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ que atuam exclusivamente na temática ou que contenham linha de pesquisa na área 2.2 Levantamento de grupos de estudos e pesquisa constituídos entre as organizações da sociedade civil que atuam na temática de gênero ou políticas para mulheres rurais 2.3 Encontro para discussão de estratégias de apoio a produção científica de estudos rurais feministas 2.4 Elaboração das propostas de Edital de apoio a produção científica de estudos rurais feministas por meio de Edital do CNPQ e CAPES/MEC e do Edital do Prêmio Margarida Alves 2.5 Avaliação e seleção de propostas e publicação dos resultados (Edital Nº 01/2024 Prêmio Margarida Alves de estudos rurais feministas) 2.6 Avaliação e seleção de propostas e publicação dos resultados (Edital Nº 01/2025 Prêmio Margarida Alves de estudos rurais feministas)	01 de Fevereiro/2025 a 31 de Dezembro/2026
3	Análise e produção de estatísticas e indicadores de políticas para mulheres rurais	3.1 Constituir e viabilizar o funcionamento do Grupo de Trabalho de Estatísticas e Indicadores Rurais Feministas 3.2 Diagnóstico das metodologias de produção de estatísticas oficiais realizadas pelo IBGE no âmbito do Censo Agropecuário 2024	01 de Fevereiro/2025 a 31 de Agosto/2027

		<p>3.3 Análise das estatísticas oficiais realizadas pelo IBGE no âmbito do Censo Agropecuário 2024</p> <p>3.4 Análise das PNAD e dos estudos de uso do tempo para elaboração de proposta de melhoria na coleta e análise de dados</p> <p>3.5 Análise de dados a partir das relações de gênero em pesquisas sobre a Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>3.6 Elaborar indicadores rurais de gênero e de monitoramento das políticas públicas para as mulheres rurais</p>	
4	Memória da ação coletiva de mulheres rurais	<p>4.1 Mapeamento de centros de documentação/arquivos físicos e digitais dos movimentos e das organizações sociais de mulheres rurais no Brasil</p> <p>4.2 Diagnóstico das necessidades dos centros de documentação para garantir conservação, reconstituição de materiais e viabilização de acesso público a estes espaços.</p> <p>4.3 Elaboração de proposta de edital público para apoiar a estruturação de Centros de Documentação e Memória das Mulheres Rurais.</p> <p>4.4 Implantação de Centro de Documentação e Memória da ação coletiva dos movimentos sociais de mulheres rurais</p>	01 Fevereiro/2025 a 31 de Janeiro/2027
5	Estudo de caso na agricultura urbana, memória biocultural e extensão para a comercialização	<p>5.1 Análise das experiências com uso de estatísticas e indicadores, resgate da memória biocultural.</p> <p>5.2 Ações extensionistas promover ações de beneficiamento e comercialização da produção.</p> <p>5.3 Identificação de potencialidade e necessidades de criação de espaços de comercialização, divulgação de produtos da rede de comercialização</p>	01 Fevereiro/2025 a 31 de Janeiro/2027

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Os estudos rurais se constituem em uma área consolidada na produção acadêmica brasileira, com uma trajetória em que os temas centrais foram se integrando em análise mais complexas sobre o campesinato no Brasil em diálogo com o processo social e político brasileiro [1]. A produção acadêmica sobre mulheres e ruralidades esteve presente em toda essa trajetória, reuniu uma ampla gama de estudos com destacada capacidade de articular debates teóricos das ciências sociais e, em particular, sobre campesinato e relações de gênero com trabalho e a família. Trata-se também de uma produção intelectual influenciada pela ação coletiva das mulheres.

Esses estudos ocuparam um lugar destacado nos debates sobre a diferenciação do campesinato, especialmente com as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e as estratégias de reprodução social. Os estudos rurais de gênero no Brasil envolveram diversas áreas de conhecimento. Estabeleceram-se nos diálogos iniciados nos debates em destaque na Antropologia e na Sociologia, em particular. A agenda de pesquisa foi se alargando e ao incluir as relações de gênero nos estudos sobre campesinato sublinharam a interdisciplinaridade necessária para entender o objeto de análise em questão.

Com o processo de democratização e a conquista de governos populares esse campo de estudos se ampliou a partir das pesquisas sobre as mulheres e as políticas públicas, especialmente as políticas para as mulheres rurais (incluir bibliografia).

Desde o início dos anos 2000 com o apoio do governo federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), várias iniciativas para a construção do conhecimento sobre a realidade das mulheres agricultoras e as políticas públicas, articulando a academia e as organizações de mulheres rurais foram construídos. Foram realizados os primeiros espaços de interlocução entre a academia e o governo federal, incluindo encontros de pesquisadoras da área, associações científicas e redes de pesquisa.

Para estimular a difusão da produção científica foi lançado o Prêmio Margarida Alves de em parceria com associações científicas da área das ciências sociais como - a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Brasileira de Sociologia (SBS) sob do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. A partir da sociedade civil organizada foram incluídas uma sessão de depoimento de forma a promover a difusão de relatos populares que também se fortaleceu com o apoio a publicações da sociedade civil organizada em parceria com diversas instituições superiores de ensino.

Também foram realizados apoios a parceiros de associações científicas e em diversos encontros promoveram-se mesas redondas sobre mulheres do campo das florestas e das águas e as políticas públicas, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais ANPOCS, a REDOR, e a UNIARA.

O *Projeto de Pesquisas Estudos Rurais Feministas e Políticas Públicas* prevê como primeira linha de ação o mapeamento dos grupos de pesquisas bem como a organização, preparação e o lançamento do Prêmio Margarida Alves sobre a realidade das mulheres rurais e das políticas desenvolvidas pela Subsecretaria de Mulheres Rurais

As estatísticas oficiais e as rurais em particular também foram objeto de diversas iniciativas da academia e dos movimentos sociais com vista à sua melhoria da coleta e consequentemente também para ampliação do uso e alcance das análises. A partir do Censo Agropecuário 2006, pela primeira vez foram geradas variáveis derivadas que permitiram análises de distintos segmentos sociais em especial a agricultura familiar (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009) e a reforma agrária (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012). Dentre elas, encontram-se as proposições de análise de gênero realizada por Vicente Marques (2010) e a inaugural reflexão sobre o tema realizada por Miriam Nobre (2012) um desdobramento da proposição da variável sexo na caracterização de produtores ou produtoras responsáveis pelos estabelecimentos e nos dados sobre o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor ou produtora no Censo Agropecuário propostos pela DPMR/MDA ao IBGE.

A partir da proposição de uma variável derivada que segundo descrição de Nobre (2012) tinha como objetivo dispor de uma variável que: "...permitisse captar tendências gerais por sexo do conjunto da força de trabalho e não apenas para as/os responsáveis pelo estabelecimento" (NOBRE, 2012, pág. 94). Assim a autora explica a metodologia utilizada, afirmindo: Definimos uma variável derivada para os estabelecimentos com mão de obra familiar majoritariamente feminina, com mão de obra sem diferenciação significativa, e com mão de obra familiar majoritariamente masculina, assim descrita: A) Estabelecimento feminino aquele com força de trabalho de mulheres de 14 anos e mais igual ou maior que 2/3 do total de força de trabalho com 14 anos e mais; B) Estabelecimento misto aquele com força de trabalho de mulheres de 14 anos e mais, menor que 2/3 igual ou maior que 1/3 do total de 14 anos e mais; (...) Estabelecimento masculino aquele com força de trabalho de mulheres de 14 anos e mais, menor que 1/3 do total de 14 anos e mais (...) (NOBRE, 2012, pág. 94).

Esta variável derivada mostrou-se útil para a análise da relação entre composição sexual da força de trabalho e o grau de diversificação produtiva. Os resultados indicaram que, quanto maior a presença das mulheres, maior será a diversidade de culturas praticadas nos estabelecimentos agropecuários (NOBRE, 2012). Por fim, embora a inclusão da variável sexo dentre responsáveis pelos estabelecimentos e a sua população ocupada seja muito importante para aproximar a realidade das mulheres na agropecuária brasileira, ela se mostra insuficiente para caracterizar a condição das mulheres a partir das suas distintas formas de inserção nas atividades agrícolas e não agrícolas, seja porque capta apenas parcialmente a condição daquelas que detêm poder de decisão sobre os estabelecimentos e respondem administrativamente por ele, ou porque o conjunto das atividades econômicas que são desenvolvidas no campo não foram incluídas, especialmente aquelas que são realizadas pelas mulheres.

Na publicação "As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do sul" (BUTTO; DANTAS; HORA, 2012) que descreveu algumas possibilidades de investigação e seus limites, conforme já abordado anteriormente. Uma síntese das propostas e ideias debatidas no referido seminário para o CA 2017 no Brasil foram: 1. Prosseguir com a coleta de dados com sistematização que permitam comparar os dois Censos com recorte da Agricultura Familiar e Reforma Agrária ofertando os dados desagregados por sexo e produzir séries históricas; 2. Adequar a linguagem dos questionários para que tenham como foco os produtores e as produtoras com perguntas formatadas no plural e abrangendo homens e mulheres (e não no singular com foco masculino. Ex.: produtor; agricultor – substituir por: pessoa que maneja o estabelecimento). 3. Possibilitar captar os estabelecimentos que são administrados de forma coletiva (casais e coletivos) – perguntas no plural (exemplo: quem são as pessoas). O conceito de agricultor principal deve ser ampliado para reconhecer que mais de uma pessoa pode estar à frente do estabelecimento (produtor conjunto ou coprodutor).

Seguir aprimorando a relação entre os diferentes sistemas Demográfico) cujas unidades de pesquisa são o estabelecimento e o domicílio; 5. Propor um instrumento de coleta de dados que permita aprimorar as pesquisas agropecuárias em diálogo com as recomendações do CAM considerando: – Adotar a categoria de subexploração com dados desagregados por sexo e idade; – Captar quem são os/as donos/as das propriedades e bens (maquinários, insumos, animais etc.); articular as pesquisas sobre uso do tempo; Possibilitar o registro da produção para o autoconsumo.

Os maiores avanços nas estatísticas oficiais brasileiras registram-se naquelas relativas à população à medida que a maioria dos campos de informação do questionário incluem a variável sexo, como a Pesquisa Nacional sobre Amostra Domiciliar, a PNAD-Contínua de 2019. Esta trouxe uma pesquisa específica sobre "Outras formas de Trabalhos" divulgando dados sobre uso do tempo, trabalho doméstico e cuidados.

Estudo realizado por Di Sabatto, Pereira Melo (2009) apresentou diagnóstico do trabalho da mulher rural a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas informações, depois da mudança metodológica de 1992, permitem captar melhor as transformações havidas na utilização da mão de obra agropecuária. Assim, a partir de 1993 inaugura-se uma análise a partir do cruzamento das bases de dados das PNADs para os dados disponíveis entre o início dos anos 90 e 2006.

O estudo traça-se o perfil dos ocupados na agropecuária como um todo; e, por último, estuda-se a ocupação masculina e feminina segundo as diferentes atividades agropecuárias de acordo com a idade, escolaridade, posição na ocupação, posição na família, jornada de trabalho e rendimentos.

No campo dos estudos sobre segurança alimentar de forma mais recentemente estatísticas passaram a incluir análises de gênero e raça, a partir da Redepensan (VIGISAN, 2021) (Salles Costa et al., 2020) que mostram como a insegurança alimentar está presente principalmente em famílias chefiadas por mulheres estas se conectam fortemente com as desigualdades raciais.

Outra iniciativa importante foi a promoção da análise e melhoria das estatísticas socioeconômicas e rurais, em especial a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADS) e o Censo Agropecuário Brasileiro e a partir de um diálogo interministerial, especialmente a Secretaria de Direitos Humanos, e Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE) para a inclusão de campos de informação sobre acesso à documentação civil básica no questionário de coleta de dados do Censo Populacional e em distintos outros campos de informação a partir da ação de integração regional promovida no ambiente da Reunião Especializada de Agricultura (REAF) do Mercosul (Hora, Nobre, Butto 2021).

Serão parte da segunda linha de ação do projeto, a criação e acompanhamento de um GT de Estatísticas e Indicadores rurais Feministas para a melhoria na coleta e a promoção de análise das estatísticas (SMR/MDA) e demais políticas para a agricultura familiar, reforma agrária executadas pelo MDA.

O *Projeto de Pesquisas Estudos Rurais Feministas e Políticas Públicas* prevê também o mapeamento e diagnóstico dos centros de documentação de preservação a memória das lutas das mulheres rurais, com ações de meio da pesquisa, produção cultural e audiovisual.

As lutas das mulheres rurais foram parte de vários estudos sobre a memória camponesa, retratos da repressão da ditadura militar, pesquisa sobre as ligas camponesas entre outras. O Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiou a construção e difusão desse conhecimento como na pesquisa que deu origem ao audiovisual sobre as ligas camponesas com o Filme Alexina, numa parceria com a Universidade de Campinas.

Há uma vasta literatura sobre o movimento de mulheres rurais no Brasil que teve início nos anos 1980 e que se debruçou sobre os processos de resistência dos primeiros movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais e os processos auto-organizativos das mulheres nos movimentos sociais mistos no campo, especialmente aqueles que envolvem a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Há pesquisas que, de forma aprofundada, analisam a constituição e aspectos da história dos movimentos autônomos de mulheres rurais, especialmente das organizações micro-regionais que lhes deram origem ou das articulações estaduais que exerceram papel destacado na formação das primeiras organizações regionais.

Tais investigações focaram-se nos processos de constituição desses movimentos, destacando as condições que propiciaram o seu surgimento, o conteúdo das lutas empreendidas, e as transformações na identidade individual e coletiva^[2].

Os estudos realizados registram como as primeiras organizações dos movimentos sociais autônomos desembocaram na construção de articulações regionais e de iniciativas incipientes de articulação unificada entre meados dos anos 1980 e dos anos 1990, mas são poucas as análises sobre os processos político-organizativos unificados ou em rede. Na produção acadêmica sobre os movimentos nacionais mistos podem ser encontrados estudos que abordam os movimentos sociais mistos em toda a sua abrangência e apenas recentemente abordam o seu envolvimento em espaços articulatórios que envolvem outros movimentos sociais de forma aprofundada.

No âmbito do sindicalismo rural destacam-se as pesquisas sobre a Contag que analisam o processo de discussão e organização das mulheres e as medidas voltadas para a democratização das relações de gênero naquela instituição (PIMENTA, 2006 e 2013) e valiosos estudos sobre casos estaduais com referência às regiões Sul e

Nordeste (BONI, 2004; CAPELLIN, 1989). Estes estudos analisam as relações entre os movimentos autônomos e mistos em Santa Catarina no primeiro caso e as transformações que se deram no sindicalismo a partir do ingresso das mulheres no estado da Paraíba e Pernambuco no segundo caso.

Mais recentemente, em meados dos anos 2000, observa-se um deslocamento do interesse da pesquisa acadêmica, no qual o movimento sindical cede espaço à experiência da Marcha das Margaridas, e às organizações que a integram ganham a atenção das pesquisas, e não mais apenas a Contag. As análises disponíveis concentram-se em duas edições da Marcha das Margaridas, a terceira, que ocorreu em 2007, e quarta, em 2011(SANTOS, 2007; AGUIAR 2015).

No caso do MST há vários trabalhos que abordam a trajetória de auto-organização das mulheres (GONÇALVES, 2009; ESMERALDO, 2014; MST, 2010a) ou as compreensões formuladas sobre as desigualdades de gênero a partir das publicações relativas à formação política.

As pesquisas realizadas sobre o conjunto dos movimentos sociais de mulheres rurais, foram realizados por Carmem Deere (2004) que analisa uma agenda específica, a participação das mulheres na luta pela terra e os seus direitos como mulheres assentadas da reforma agrária, também por Emma Siliprandi (2015) sobre as mulheres no movimento agroecológico e os distintos significados que a sustentabilidade adquire entre os movimentos sociais de mulheres rurais e organizações não governamentais (ONG's) que integram o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e sobre a construção do sujeito feminista entre distintos movimentos sociais no processo de redemocratização do país, realizado por Zarzar (2017).

A pesquisa documental realizada nos acervos dos movimentos contém distintos tipos de documentos (relatórios de congressos e de encontros regionais e nacionais; cadernos, cartilhas e outros materiais de formação; pautas de reivindicações; músicas; materiais de campanhas educativas e de mobilização; fotografias, entre outros). As fontes secundárias são muito úteis para construir uma cronologia, analisar a agenda e para extrair as narrativas desses movimentos. Há dificuldades no acesso aos arquivos de documentos, por causa das condições muito diferenciadas de organização dos acervos e critérios distintos de acesso aos documentos dos movimentos investigados.

No caso dos arquivos do MMTR-NE e do MIQCB, a consulta e a seleção foram feitas de forma manual. No caso do MMC, há uma parte importante dos seus acervos que hoje se encontra inacessível. Os acervos mais organizados e com melhores condições de acesso são os da Contag e do MST, sendo que neste caso, parte do acervo está disponível para consulta eletrônica no site do Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem) (<http://www.cedem.unesp.br>).

Este projeto pretende também preservar e difundir a memória das lutas camponesas das mulheres rurais é necessário avançar na recuperação de documentos e na disponibilidade pública e acessível dessa memoria, procurando apoiar os centros existentes, bem como a criação de um centro de documentação que busque integrar acervos existentes.

Como quarta linha de atuação o projeto também realizará ações de pesquisa e de extensão universitária sobre experiência associativa em rede tomando o caso de grupos produtivos envolvidos na agricultura Urbana, uma prática que passou a ter reconhecimento por parte do Estado brasileiro na última década e que ganha importante protagonismo das mulheres associadas à agroecologia.

A agricultura no contexto urbano, a partir das hortas, quintais, pomares, agroflorestas a produção de alimentos para o autoconsumo (Emperaire e Eloy, 2008), são iniciativas orientadas em direção da conservação do solo e da agrobiodiversidade (Moura e Andrade, 2007). Caracterizam-se pela defesa dos comuns à medida que se constituem a partir de processos organizativos que não estão amparados na ação do Estado e nem do mercado, mas a partir de experiências de ação coletiva de caráter comunitário orientadas pela sustentabilidade da vida, das trocas não mercantis e dos cuidados com a natureza, especialmente a água, o ar, os espaços comunitários e os cultivos.

Tratam-se de experiências presentes distintas regiões do mundo tal como descrito por Federecci (2020), que indica como a criação de hortas urbanas é um fenômeno presente desde os anos 80 e 90 na América do Norte a partir das iniciativas de migrantes da África, do Caribe e do Sul dos EUA. Segundo a autora, essas práticas abriram espaço para uma rurbanização e se constituíram como espaços não apenas voltados para a garantia da segurança alimentar, a regeneração do meio ambiente mas também para criar espaços de sociabilidade, produção de saberes, bem como o intercâmbio cultural entre distintas gerações. Também são práticas que integram as lutas pelo direito à cidade tal como descrito por Lefebvre (1974) à medida que disputam espaços que demandam reconhecimento por parte do Estado. A agricultura urbana existente no Brasil está predominantemente orientadas sob princípios da agroecologia e são portanto ambientalmente mais sustentáveis, socialmente justos e mais eficientes, em termos de energia.

A prática da agricultura urbana na Região Metropolitana do Recife se constitui como alternativa de garantia da segurança alimentar com produção voltada para o autoconsumo, a troca e também uma estratégia de geração de renda. Também se associa a novos hábitos de consumo em direção à alimentação saudável, já que os grupos sociais que vivenciam a pobreza na cidade praticam uma alimentação com baixa composição de nutrientes, com forte presença de produtos ultraprocessados. O surgimento da agricultura urbana e periurbana na cidade do Recife e região Metropolitana está associada aos conhecimentos e práticas das famílias de origem rural que após a migração foram também de forma ativa buscando reconfiguração o espaço da cidade a partir de áreas ociosas como indica Ferreira (2013) ao descrever áreas ocupadas com essa finalidade às margens de rodovias, outras localizadas próximas às reservas florestais, bem como em áreas periféricas da cidade. Nestas áreas são produzidas hortaliças, fitoterápicos, animais de grande e pequeno porte e aves, frutas e tubérculos. Além das experiências mapeadas outras também se constituíram na cidade, a agricultura urbana já é uma realidade em distintos bairros[3].

Essa prática está registrada nas estatísticas oficiais que indicam que em 2012 área plantada ocupava 725 hectares e o pessoal ocupado na produção agropecuária era equivalente a 4 mil e 510 pessoas com 10 anos ou mais de idade. Nesse universo as mulheres representam 22,4% (IBGE:2012) e é prática em áreas caracterizadas por altos índices de pobreza.

Mapeamento realizado por Ferreira (2013) entre os anos de 2005 a 2012 indica a existência de 20 áreas em áreas às margens de rodovias e hortas comunitárias algumas localizadas próximas às reservas florestais e em áreas periféricas da cidade, uma produção voltada para o autoconsumo e a troca, em alguns casos uma produção também voltada para a comercialização na Ceasa, em feiras livres, e de produtos agroecológicos, além de pequenos mercados, da doação e troca de alimentos.

Nesse ambiente há um importante protagonismo das mulheres, que ganha expressão em processos locais e intercomunitários. Elas enfrentam maiores dificuldades de acesso à terra, à água, convivem com os impactos das mudanças climáticas e a ausência de apoio por parte do Estado, também são alvo da especulação imobiliária e da falta de planejamento urbano.

Na primeira década dos anos 2000 sob as administrações públicas da prefeitura do recife iniciou apoio a experiências de agricultura urbana com ações de financiamento e assistência técnica como parte integrante do Programa Fome Zero Municipal instituído em 2003. Mais recentemente a partir da Articulação Nacional de Agroecologia e a campanha de agricultura urbana nos municípios estão em curso ações de incidência nas políticas públicas e a realização de mapeamento da agricultura urbana da Região Metropolitana do Recife. Frente a essas pressões recentemente a Prefeitura do Recife instaurou uma secretaria executiva de agricultura urbana. Mais recentemente com a criação da política de agricultura urbana e periurbana e ações extensionista em áreas de periferia da região metropolitana do Recife, novas possibilidades se abriram.

As ações propostas resultam das reflexões e indagações de ação extensionista relativa à segurança alimentar e as mulheres a partir do projeto: *Práticas de Resistências e Alternativas Feministas para a Segurança Alimentar* desenvolvido pelo Departamento de Ciências Sociais UFRPE e entidades parceiras dentre as

quais o Centro Sabiá, Marcha Mundial das Mulheres, Sempre Viva Organização Feminista. Além de atividades formativas sobre direito humano à alimentação, agroecologia e economia feminista, o projeto sistematizou as experiências voltadas garantia da segurança alimentar no âmbito da campanha *Mãos Solidárias e Solidariedade Feminista*, bem como ampliou alternativas para a garantia da soberania alimentar, a geração de renda e o trabalho de cuidados a partir de atividades formativas realizadas com metodologias participativas em três comunidades periféricas da Região Metropolitana do Recife.

O projeto contribuiu para o fortalecer iniciativas locais de ações coletivas em defesa da soberania alimentar, frequentemente marginalizadas, a partir do acesso à alimentação saudável, das formas de resistência frente à mercantilização da agricultura corporativa e irá também fortalecer iniciativas da agroecologia feminista, incluindo aí e a recuperação de conhecimentos tradicionais sobre plantas, como patrimônio coletivo dessas mulheres em seus territórios, bem como da economia feminista e solidaria.

Partindo das alternativas associativas para a superar a insegurança alimentar e nutricional aqui descritas a partir da agroecologia e da economia solidaria a partir de uma perspectiva que integra a produção e a reprodução tal como proposto pela economia feminista, apresentamos a seguir objetivos e metodologia da pesquisa, sistematizou e analisou experiências agroecológicas feministas individuais e coletivas e o lugar que ocupam na segurança alimentar, na saúde e na geração de renda das suas famílias.

O projeto alargou sua atuação para o campo da medicina popular ao registrar o conhecimento de plantas medicinais e sagradas para as mulheres, determinar a sua importância biológica e cultural dessas espécies a partir da etnobotânica e ampliar o conhecimento dessas práticas nas comunidades envolvida. Diagnosticar, sistematizar e analisar experiências de economia solidária no artesanato na comunidade do Coque. Tomando casos específicos de grupos produtivos da Marcha Mundial das Mulheres na Região Metropolitana do Recife, este projeto pretende fará estudo de caso sobre pratica de agricultura urbana em grupos de periferia da Região Metropolitana do Recife, serão realizadas ações de pesquisa para compreensão das experiências com uso de estatísticas e indicadores, resgate da memória, e por maio de ações extensionistas promover ações de beneficiamento da produção e de apoio à criação e fortalecimento da Rede de Economia Feminista e Solidaria da MARCHA Mundial das Mulheres na RMR.

Atuação do grupo de pesquisa

Como se pode observar muitas interações entre as políticas públicas para as mulheres rurais se deram ao longo das últimas duas décadas envolvendo as Universidades e as ciências sociais no país em suas interfaces com os estudos rurais feministas e várias delas envolveram a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O grupo de estudos e pesquisas proponente desta parceria vem atuando em diversas temáticas relacionadas aos estudos rurais de gênero e as políticas públicas para as mulheres rurais a partir das ciências sociais mas também em interação com outras áreas de conhecimento.

A coordenadora do projeto atuou diretamente no desenvolvimento das iniciativas descritas na condição de gestora, organizadora e autora de várias publicações a elas desenvolvidas. No período de 2006 a 2017 também desenvolveu a pesquisa com foco na ação coletiva feminista, expressa em contextos rurais a partir da análise dos movimentos sociais de mulheres rurais no brasil que se mantiveram até os dias atuais.

A partir do compromisso firmado pela docente coordenadora deste grupo e o Laboratório de Estudos Rurais do PPGS/UFPE com o Laboratoire LISST - Dynamiques Rurales da Université Toulouse Jean Jaurès da França foi realizado em 2018, o Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia: o II CIFA em 2018 e o grupo de docentes e estudantes do DECISO envolvido na sua organização decidiu prosseguir com ações na área da extensão, também de pesquisa e ensino na área.

A preocupação com a elaboração e análise das políticas públicas para mulheres em áreas rurais foi objeto de pesquisa Segurança Alimentar, agroecologia e feminismo no agreste e sertão do estado de Pernambuco em parceria com o Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE com a participação de docente e estudantes do Departamento de Ciências Sociais que integram ou integraram este grupo de estudos e pesquisa e envolveu a sociedade civil por meio de parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) e a FETAPE Polo Petrolina.

A partir da ação extensionista o grupo de pesquisa atuou em áreas urbanas na Região Metropolitana do Recife, em particular a Marcha Mundial das Mulheres e ONGs da agroecologia como o Centro Sabiá. O grupo também acumulou experiência de atuação em assistência técnica e extensão em áreas urbanas grupos da agricultura urbana e economia solidária da RMR em parceria com a Marcha Mundial das Mulheres.

Resultados destas iniciativas foram obtidas com a construção da linha do tempo da Horta Comunitária Guerreiras de Palha do Arroz, o apoio para a divulgação e comercialização de produtos, registro das plantas medicinais e as práticas de uso e comercialização. Na Semementeira Esperança da Comunidade 15 de novembro foram realizados registros dos quintais produtivos existentes, as práticas de cultivo e uso de plantas medicinais.

Ações de ensino também são parte do grupo como nas ações formativas realizadas sobre economia feminista e ecológica, agroecologia e feminismo, reflexões sobre raça com leituras e debates em grupo na graduação e na Pós-graduação como foi a promoção de disciplina sobre transição agroecológica no Doutorado em Agroecologia da UFRPE.

Por serem as mais atingidas historicamente pela anulação de direitos, as mulheres negras ocuparam um papel de destaque nas alternativas geradas pela sociedade civil, foram o principal público envolvido nas ações desenvolvidas. O grupo de estudos, sobretudo no período da Pandemia Covid 19, fortaleceu a reflexão necessária sobre raça e suas conexões com o patriarcado e o capitalismo, buscou fortalecer as desigualdades e acessos à terra, saúde, alimentação e até mesmo identidade a partir experiências relacionadas as alternativas da sociedade civil. As linhas de pesquisa do grupo são: 1) Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil; 2) Políticas públicas para mulheres em áreas rurais e urbanas Economia feminista e ecológica; 3) Agroecologia, experiências associativas Agricultura urbana. Partindo destes acúmulos que resultaram em ações de difusão em eventos e publicações e dos impactos provocados a partir das ações extensionistas propomos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a celebração desta parceria.

[1] A partir do final dos anos 1960, prevaleceu o debate sobre a formação social brasileira e o campesinato, os impactos da modernização agrícola e, por consequência dessas transformações, a decomposição ou diferenciação do campesinato. No momento da redemocratização do país, a agricultura familiar e sua relação com o Estado e os novos sujeitos políticos emergem nos debates, além de temas como a luta pela terra e a pluriatividade (WANDERLEY, 2011).

[2] Esse é o caso das pesquisas realizadas na região Sul do país sobre o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MMP). No caso da região Nordeste a atenção recaiu sobre o Movimento de Mulheres do Sertão Central (MMSC-PE) e o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano (MMT-PB), organizações responsáveis pela constituição do Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE). Também não foi distinto com o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), já que a maior parte dos estudos retrata o estado do Maranhão. Há, também, análises comparativas sobre os movimentos de mulheres rurais autônomos de abrangência micro-regional ou estadual, como é o caso do trabalho de Bordalo (2015) sobre o MMA-SC e o MMSC ou o de Carneiro (1994) sobre as Margaridas do Sul e o MMT-PB.

[3] Cabanga, Dois Unidos, Casa Amarela, Guabiraba, Pau Ferro, Córrego do Jenipapo, Cidade Universitária, Várzea e Caxangá, Peixinhos, Campo Grande (Palha do Arroz), Passarinho, Ilha de Deus, Bode, Barro e Bairro de São José

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- Sim
- Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- Sim
- Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 10% do valor global pactuado: O valor de R\$ 151.131,35 (cento cinquenta e um mil, cento e trinta e um reais e trinta e cinco centavos) será destinado para o pagamento de despesas administrativas relacionadas a execução do projeto.

Observação:

- 1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.
- 2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela [Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#), a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRÍÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Coordenação do Projeto	Equipe	1	R\$ 407.526,90	R\$ 407.526,90	02 de Setembro/2024	31 de Agosto/2027
PRODUTO	2 relatórios de gestão do projeto						

META 2	Pesquisas acadêmicas e estudos rurais feministas	Edital	2	R\$ 196.808,08	R\$ 393.616,15	01 de Fevereiro/2025	31 de Agosto/2027
PRODUTO	1 Edital de apoio a produção científica de estudos rurais feministas; 2 Editais do Prêmio Margarida Alves						
META 3	Análise e produção de estatísticas e indicadores de políticas para mulheres rurais	Estudos	4	R\$ 96.652,61	R\$ 386.610,43	01 de Fevereiro/2025	31 de Agosto/2027
PRODUTO	4 relatórios dos estudos, sendo: um sobre Censo Agropecuário 2024; um sobre PNAD e uso do tempo; um sobre segurança alimentar e nutricional; um sobre monitoramento de políticas públicas para mulheres rurais						
META 4	Memória da ação coletiva de mulheres rurais	Estudo	1	R\$ 202.103,56	R\$ 202.103,56	01 de Fevereiro/2025	31 de Janeiro/2027
PRODUTO	1 relatório do estudo sobre centros de documentação dos movimentos e organizações de mulheres; 1 Edital de apoio a estruturação de centros de documentação e memória das mulheres rurais; 1 centro de documentação estruturado na UFRPE						
META 5	Estudo de caso na agricultura urbana, memória biocultural e extensão para a comercialização	Estudo	1	R\$272.587,85	R\$272.587,85	01 de Fevereiro/2025	31 de Janeiro/2027
PRODUTO	1 relatório de pesquisa sobre agricultura urbana, memoria biocultural e extensão para a comercialização						
Despesas Operacionais da Fundação de apoio	Despesas Operacionais da Fundação de apoio referentes a gestão administrativa e financeira do projeto em apoio a UFRPE.	Fundação contratada	1	R\$ 151.131,35	R\$ 151.131,35	01 de Fevereiro/2025	31 de Janeiro/2027
PRODUTO	1 Fundação contratada para execução do projeto.						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Setembro/2024	R\$ 938.574,45
Agosto/2025	R\$ 723.870,44

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Custeio (Material de consumo, outros serviços pessoa física e outros serviços pessoa jurídica)	Sim	R\$ 1.639.896,07
445039 - Equipamentos e material permanente	Não	R\$ 37.805,15
Total do projeto		1.662.444,89

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

MARIA JOSÉ DE SENA

REITOR DA UFRPE

Responsável pela Unidade Descentralizada

13. APROVAÇÃO

Local e data

VIVIANA BEZERRA DE MESQUITA

SUBSECRETÁRIA DE MULHERES RURAIS

Responsável pela Unidade Descentralizadora



Documento assinado eletronicamente por **Viviana Bezerra de Mesquita, Subsecretaria de Mulheres Rurais**, em 08/08/2025, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JOSÉ DE SENA, Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **44670431** e o código CRC **F8121C26**.